

Fundação Arca da Aliança

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2013

1 - Introdução

A Fundação Arca da Aliança, com sede social na Rua de Santa Cruz nº 1, Cova da Iria com um fundo patrimonial de 399.038,32 €, contribuinte fiscal nº 504 219 413, tem como atividade principal: Outras Atividades Associativas (C.A.E. nº 94 995). A Fundação teve no ano de 2013, quatro valências em funções, foi a Administração que gere os fundos existentes e promoveu a construção da Aldeia Intergeracional, que é o Lar das Bem-Aventuranças, que entrou em funcionamento em Setembro de 2013; o Lar de Infância e Juventude (L.I.J.), para o qual tem um protocolo com o Instituto da Segurança Social para 25 utentes e; a outra valência, com menos expressão que é o apoio a famílias carenciadas. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2013.

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução da atividade, do desempenho e da posição da Fundação, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução da atividade, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

De acordo com a generalidade dos analistas, a desejada recuperação da economia mundial tem sofrido alguns retrocessos, levando a alguma incerteza no que respeita às perspetivas de médio prazo. Um dos principais motivos prende-se com o facto das políticas adotadas pelas maiores economias avançadas não terem vindo a restabelecer a confiança dos mercados, especialmente na zona euro. Os grandes erros da política fiscal dos EUA também têm contribuído para a preocupação dos investidores.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

A economia mundial continuou em crescimento, ainda que a ritmo moderado, no 1º semestre de 2013.

O ano iniciou-se em clima de algum optimismo associado a perspectivas menos negativas de crescimento para os EUA, após os legisladores terem evitado o denominado "abismo orçamental", e á retoma da confiança dos empresários observada ainda no final de 2012. O sentimento positivo veio, no entanto, a desvanecer-se em resultado de incertezas de natureza política, primeiro em Espanha e mais tarde em Itália, seguindo-se, no final do primeiro trimestre, a crise cipriota, que foi objecto de acordo de assistência financeira entretanto negociado. A actividade económica nos EUA, continuou a registar um moderado ritmo de expansão para o qual contribuiu o forte ajuste orçamental.

Na Europa, o BCE reduziu a taxa de referência para 0,5% e a taxa de facilidade permanente de liquidez para 1%. A partir do 2º semestre assistiu-se a uma melhoria dos indicadores de confiança, quer de empresas, quer de famílias. Salientam-se as decisões dos Ministros das Finanças no sentido da construção da União Bancária Europeia no que respeita ao mecanismo Único de Supervisão Bancária e ao Mecanismo Único de Resolução de Crises Bancárias. O desemprego voltou a destacar-se pela negativa ao atingir, em junho, o nível mais elevado dos últimos 23 anos (12,1%). A inflação homóloga na Europa continuou a cair, desta vez situando-se, em junho, em 1,6%.

O abrandamento das economias emergentes, mas sobretudo a atuação das autoridades, nomeadamente em termos de política monetária, contribuiu para a incerteza relativa á conjuntura internacional. No caso da China a inércia do Banco Central pode ser enquadrada no contexto de algum arrefecimento pretendido pelos próprios dirigentes. O caso do Brasil foi mais marcante, tendo o Banco Central brasileiro aumentado por duas vezes a taxa de juro de referência, em resposta ao elevado nível de inflação.

2.2 A nível Nacional

As atuais projecções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da actividade no período 2014-2015, após uma contracção acumulada em cerca de 6 por cento no período 2011-2013, no contexto do processo de correcção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas. Este processo deverá ocorrer num quadro de manutenção de condições regulares de financiamento da economia, ao longo do horizonte de projecção. A projecção engloba um perfil de progressiva recuperação da procura interna. A evolução deste agregado ao longo do horizonte de projecção, em particular no que se refere ao consumo público e ao consumo privado, continuará, no entanto a ser condicionada pelo processo de consolidação orçamental e de desalavancagem do sector privado, e pela manutenção de condições desfavoráveis no mercado de trabalho. As exportações deverão manter um crescimento forte, suportado pela recuperação da procura externa, embora com um ritmo no período anterior à crise financeira. Importa referir que as exportações têm desempenhado um papel crucial no ajustamento da economia portuguesa, apesar do crescimento relativamente limitado da actividade económica mundial observado no período 2011-2013. Ao longo do horizonte de projecção prevê-se um aumento dos excedentes da balança corrente e de capital, o que constitui uma das características mais marcantes do processo de ajustamento da economia portuguesa.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2013 os resultados espelham as dificuldades Fundação, principalmente devido ao arranque da nova valência da Residência para Idosos em Setembro de 2013.

De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 55.986,98 €, sendo 27% deste valor, o abono de família de cada utente no L.I.J. que provem da Segurança Social, 71% corresponde às mensalidades dos clientes da Residência para Idosos, os restantes 2% respeitam às quotizações recebidas pela Ala dos Amigos da Fundação.

Relativamente aos outros rendimentos, dividem-se em:

- Subsídios do Estado e outros entes públicos, no valor de 330.315,50 €, dos quais 329.061,00 € dizem respeito ao Centro Regional da Segurança Social, respeitantes ao acordo de cooperação existente para o L.I.J. e 1.254,50 € que foi 0,5% da consignação do I.R.S. recebido em 2013, para a Administração. Receberam-se ainda 8.315,76 € de subsídios de outras entidades, dos quais 7.766,67 € proveem de Apoios do Instituto do Emprego e Formação Profissional, para o quadro de pessoal do Lar para Idosos.
- Outros Rendimentos e Ganhos, no valor de 65.309,72 €, que essencialmente, são 14.150,11 € - Imputação de subsídios para investimentos, na valência L.I.J e Residência para Idosos.; 23.098,64 € - Donativos para a Fundação.
- Juros, Dividendos e outros rendimentos similares, no valor de 242.654,82 €, que foram efectivamente recebidos pela liquidação e vencimento de Depósitos a Prazo e da Aplicação em Fundos de Investimento – Eurovida.

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida os valores do total dos gastos da Fundação:

- Custo das Matérias Consumidas	42.300,36 €
- Fornecimentos e Serviços Externos	169.728,94 €
- Gastos com o pessoal	325.161,37 €
- Gastos de Depreciação e de Amortização	80.837,86 €
- Outros Gastos e Perdas	6.637,61 €
- Gastos e perdas de Financiamento	146.923,21 €

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta os gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODO
	2013
Gastos com Pessoal	325.161,37 €
Nº Médio de Pessoas	26
Gasto Médio por Pessoa	12.506,21 €

Em 31/12/2013, a valência L.I.J. tem 20 funcionários, incluindo uma Directora Técnica, 6 ajudantes de acção educativa, 6 monitores, 2 psicólogos, 1 Educadora Social, 3 Trabalhadores Auxiliares de Serviços Gerais. Na Administração, está 1 auxiliar de serviços gerais e na Residência para Idosos estão 12 funcionários, que são: 1 Director Técnico. 6 Auxiliares de Acção Directa, 1 Cozinheira e uma Administrativa, que estão em acumulação com a valência do L.I.J., 1 Enfermeira, 1 Fisioterapeuta e 2 trabalhadores Auxiliares de Serviços Gerais.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira a Fundação apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível da autonomia financeira:

Em 2013, o ativo era de 10.424.477,34 € e o fundo de Capital era de 6.790.183,23 €, consequentemente a sua autonomia financeira era cerca de 65%. Relativamente a 2012, a autonomia financeira foi 66 %. Houve uma ligeira redução na autonomia financeira, visto que se concluiu parte da Aldeia Intergeracional, que foi a Residência para Idosos, e aumentou o financiamento bancário, e não se recebeu a totalidade do subsidio a fundo perdido POPH – PO Potencial Humano.

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da fundação através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2013	
Ativo não corrente	9.943.574,66	95 %
Ativo corrente	480.902,68	5 %
Total ativo	10.424.477,34	

RUBRICAS	2013	
Fundo Patrimonial	6.790.183,23	65 %
Passivo não corrente	3.315.000,00	32%
Passivo corrente	319.294,11	3 %
Total Fundos Patrimoniais e Passivo	10.424.477.34	

A Fundação exerceu atividade nos seguintes nas três valências acima descritas, mas com maior relevância o Lar de Infância e Juventude que tem a seu cargo 25 jovens e tem um protocolo com a Segurança Social, e a Residência para Idosos que tem capacidade para 60 utentes no Lar e 26 para as residências. No final de 2013, o Lar tinha 15 utentes e as Residências nenhum. O Lar entrou em funcionamento em Setembro de 2013 e ainda não está a funcionar na sua plena capacidade.

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Fundação Arca da Aliança no período económico findo em 31 de Dezembro de 2013 obteve um resultado líquido negativo de 69.006,57 €, propondo a sua aplicação para a conta de Resultados Transitados.

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

As projecções para a economia portuguesa apresentadas pelo Banco de Portugal apontam que o ano de 2014 começará por ter uma ligeira recuperação da economia. Esta evolução negativa que se fez sentir em anos anteriores, traduz o impacto sobre a atividade económica do ajustamento de um conjunto de desequilíbrios acumulados ao longo de mais de uma década.

As atuais projecções confirmam as perspectivas de uma recuperação gradual da economia portuguesa. A partir do final de 2013, e ao longo do horizonte de projecção, a economia deverá registar taxas de variação homólogas do PIB positivas. Em 2014-2015, o crescimento da economia portuguesa tenderá a aproximar-se dos valores actualmente projectados para o conjunto da área do euro. Esta evolução favorável deverá assentar na robustez das exportações de bens e na aceleração da procura interna, com destaque para o investimento empresarial. O comportamento recente das exportações tem revelado a capacidade das empresas portuguesas para encontrar novos mercados, sendo de destacar o contributo relevante de empresas surgidas ao longo da última década. Não obstante, alguns estrangimentos estruturais ao crescimento económico continuarão a condicionar o potencial de crescimento da economia portuguesa no futuro próximo. Em particular, destacam-se o elevado endividamento dos vários sectores institucionais, o nível ainda relativamente baixo das qualificações da população ativa e a forte segmentação do mercado de trabalho, que promove uma longa do desemprego e uma elevada rotação de alguns grupos de trabalhadores.

A correcção dos desequilíbrios acumulados nas últimas décadas deverá persistir ao longo do horizonte de projecção e nos anos seguintes. Em primeiro lugar, a reafecção de recursos a favor das empresas produtoras de bens e serviços transaccionáveis continuará a reflectir-se na estrutura das transições no mercado de trabalho, na orientação das decisões de investimento e na evolução dos fluxos de novos créditos concedidos pelo sistema financeiro. Em segundo lugar, as atuais projecções sublinharam a natureza predominantemente estrutural da correcção de desequilíbrio das contas externas. De facto, os atuais excedentes da balança corrente e de capital deverão reforçar-se ao longo do horizonte de projecção, traduzindo a conjugação de um ligeiro aumento do investimento interno com a manutenção da tendência ascendente da poupança agregada aos agentes internos. Em terceiro lugar, após um significativo ajustamento dos custos salariais observado no sector privado nos últimos anos, perspectiva-se uma evolução salarial consistente com o crescimento projectado para a produtividade. Finalmente, o processo de consolidação orçamental deverá continuar, no quadro dos compromissos assumidos ao nível europeu. De acordo com as atuais projecções, o conjunto de medidas inscritas no Orçamento de Estado para 2014 é consistente com os objectivos assumidos pelas autoridades para esse ano.

O processo de ajustamento deverá assumir uma natureza permanente, não só no que se refere à trajectória de consolidação orçamental de médio prazo mas também ao conjunto de reformas estruturais em curso. Neste âmbito, importa sublinhar a importância do compromisso assumido pelas autoridades, no quadro do Pacto de Estabilidade e Crescimento, de alcançar um saldo orçamental estrutural de -0,05% do PIB no médio prazo. O cumprimento deste objectivo é essencial para garantir uma trajectória sustentadamente descendente da dívida pública. Naturalmente, esta trajectória surgirá reforçada num quadro institucional que defina regras e procedimentos orçamentais conducentes a uma gestão prudente das finanças públicas, que seja promotor

do investimento, da inovação e da incorporação de progresso tecnológico por parte das empresas, e que favoreça um continuado investimento em educação e capital humano por parte das famílias. Estes são factores-chave para assegurar um maior e mais equilibrado crescimento económico no longo prazo.

O regresso de Portugal a um financiamento estável de mercado no futuro próximo é um processo exigente e requer a prossecução estrita dos compromissos assumidos pelo país. Esta é uma condição indispensável para afirmar credibilização do ajustamento económico no médio e longo prazo. Este ajustamento surge reforçado no actual quadro de aprofundamento da integração europeia, com destaque para o processo de criação de uma verdadeira união bancária e para a aplicação das novas regras orçamentais na União Europeia. A nível interno, é fundamental que se estabeleçam compromissos credíveis de horizonte alargado, de modo a aprofundar a coesão social e o consenso institucional em torno destes objectivos nacionais.

5.2 Evolução previsível da entidade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que no futuro próximo a Fundação Arca da Aliança, dê continuidade ao seu projecto, e contrariando as expectativas, contribua com aumento da taxa de emprego na zona, o que se começou já a verificar em 2013, visto que com abertura do lar, seja necessário recorrer ao mercado de trabalho, e contribua para dinamizar o sector da terceira idade. Prevê-se igualmente celebrar o protocolo com a Segurança Social para a Terceira Idade.

6 - Outras Informações

A Fundação Arca da Aliança não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2013.

Não foram realizados negócios entre a Fundação e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade. A Fundação Arcada Aliança, é reu (conjuntamente com outros) de uma acção cível no processo que sob o nº 477/13.4 TBVNO corre nos termos no 1º Juízo do Tribunal Judicial de Ourém, que aguarda marcação de julgamento. O valor proposto da acção é de 5.132.383,28 €, os quais só após a produção de prova e decisão final serão contabilizadas custos e encargos.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

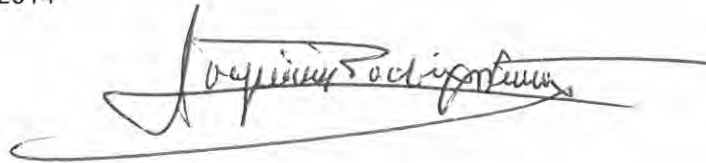
7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Amigos, Fornecedores gerais e de investimentos, Instituições de Crédito, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso projecto.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Fundação Arca da Aliança.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Fátima, 6 de Março de 2014

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Joaquim Rodrigues". The signature is written in a cursive style with a long horizontal flourish extending to the right.